



**O projeto profissional do jovem na Casa Familiar Rural de Açailândia:
culminância, interdisciplinaridade e desenvolvimento agroecológico do meio.**

Xoán Carlos Sánchez Couto¹

¹ Universidade Federal do Pará, xoancarlossc@gmail.com

RESUMO

Neste artigo estuda-se o papel do Projeto Profissional do Jovem como elemento culminador dos cursos estruturados através da Pedagogia da Alternância, seu caráter interdisciplinar e sua potencialidade na contribuição ao desenvolvimento agroecológico do meio rural camponês em que vivem os jovens estudantes da Casa Familiar Rural de Açailândia. A eficácia da proposta da Pedagogia da Alternância é avaliada a partir dos resultados alcançados a respeito de dois de seus principais objetivos: o combate ao êxodo rural entre os jovens que vivem no campo e o fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica. Para isso entrevistaram-se todos os egressos do curso de Educação Profissional Técnico de Nível Médio Habilitação em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia na forma integrada ao Ensino Médio oferecido pela Casa Familiar Rural de Açailândia. Encontrou-se algum indicativo de que os egressos têm tendência e desejo expresso de permanecer no campo, apesar das dificuldades externas apontadas no artigo: falta de crédito rural e dificuldade de acesso à terra. Também se pôde perceber que a agroecologia, de uma forma difusa, está presente na visão que os jovens egressos têm como seu futuro profissional, manifestado a partir do Projeto Profissional do Jovem.

Palavras chave: Agroecologia; Pedagogia da alternância; Êxodo rural; Educação do campo; Projeto profissional do jovem.

INTRODUÇÃO

A metodologia de ensino conhecida como Pedagogia da Alternância tem como principal objetivo, desde o seu surgimento na França na década de 30 do século XX, o combate ao êxodo rural. O principal meio para atingir esse objetivo é dar aos jovens que vivem no meio rural uma educação voltada para a sua realidade, isto é, que seja significativa e que lhe dê condições de permanecer no campo com possibilidades de oferecer à sua família uma vida com dignidade.



Para isto são ministrados cursos profissionalizantes, que inicialmente eram voltados exclusivamente para a atividade agrícola e pecuária, e que na atualidade, em algumas regiões onde o meio rural está mais saturado na sua faceta agrícola, oferece uma gama mais ampla de profissões (pesca, marcenaria, mecânica, eletricidade, pedreiro, artesanato, etc), sempre mantendo a perspectiva de permanência no campo.

A pedagogia da alternância e o desenvolvimento

A maior parte das ofertas educativas em ambientes rurais carregam o problema da inadequação dos sistemas de formação (com métodos educacionais convencionais) às necessidades específicas dos jovens. O enfoque destas propostas tem sido predominantemente urbano (PUIG-CALVÓ, 2010). Esta inadequação tem efeitos imediatos sobre a sustentabilidade do meio rural, como consequência da falta de motivação de muitos jovens, que optam pela migração para centros urbanos.

A não contemplação das peculiaridades do contexto rural nos conteúdos curriculares dificulta a possibilidade de que a educação intervenha no desenvolvimento territorial. As propostas tradicionais de educação rural, com seus valores, esquemas e modelos de vida urbana, contribuem decisivamente, mesmo se propondo explicitamente a diminuí-lo, para aumentar a incidência do êxodo rural.

Na contramão desse processo, os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) e a pedagogia da alternância vinculam os jovens rurais ao seu meio e favorecem que os mesmos ponham em andamento projetos profissionais e se tornem verdadeiros atores locais de um desenvolvimento que seja verdadeiramente sustentável, mesmo do ponto de vista geracional. Entrelaçar continuamente o currículo e o meio supõe “gerir a complexidade” (MORIN, 2007), velar simultaneamente por resultados, dando muita atenção aos meios usados para atingi-los.

Pedagogia da alternância e construção do conhecimento agroecológico

A pedagogia da alternância usa vários instrumentos que recolhem os conhecimentos locais, os trazem para a sala de aula fazendo-os dialogar com o



conhecimento técnico e os retornam para as comunidades rurais valorizados e operacionalizados (BIANCHINI, 2005).

Instrumentos como o plano de estudo valorizam a cultura local, ajudando o aluno a compreender a complexidade do meio social em que vive sua família e comunidade camponesa. A Casa Familiar Rural (CFR) estuda os problemas locais e busca compreender e participar ativamente da rede sociotécnica que se forma no seu entorno (SABOURIN, 2002).

As famílias dos alunos são parte integrante do processo educativo. Por isso se costuma dizer que, mesmo que só o jovem esteja matriculado, é a família toda que estuda na CFR. Os conhecimentos e saberes que a família possui e constrói são respeitados e considerados na construção de novos conhecimentos.

A tecnologia não é aceita como algo externo, que chega até o agricultor. Passa a ser algo que se desenvolve em conjunto, entre a CFR, os órgãos de pesquisa e extensão e os próprios agricultores e suas organizações.

A proposta educativa da pedagogia da alternância dos CEFFAs gera mecanismos para uma vida sustentável no campo, que se desenvolvem a partir da experiência concreta dos jovens, num processo que vai do específico para o geral, através de uma dialética ação-reflexão-ação. Desta forma o processo de ensino-aprendizagem não se restringe ao tempo escola. O CEFFA recebe os problemas da comunidade, procura respostas junto com ela, e retorna com propostas de ação coletivamente construídas. Um destes mecanismos é o Projeto Profissional do Jovem (PPJ), que o encaminha para o mundo do trabalho. Um trabalho autônomo, no modo de produção camponês, com planejamento, qualificação e parcimônia.

A agroecologia na CFR de Açailândia

A CFR de Açailândia, na sua proposta pedagógica, tem entre seus objetivos específicos “Fortalecer a agricultura familiar, com base agroecológica, através da ação multiplicadora dos/as jovens estudantes” (CFR DE AÇAILÂNDIA, 2009). A Agroecologia, além de constituir um componente curricular específico, para permitir um estudo mais aprofundado do conhecimento acadêmico próprio desta “transdisciplina” (MOLINA, 2011), constitui também um eixo transversal que perpassa todos os demais componentes curriculares do curso. Assim, mesmo nas aulas de disciplinas como



agricultura geral, olericultura, bovinocultura e avicultura, o enfoque agroecológico sempre está presente, ajudando a considerar todos os fatores que influenciam em cada tipo de produção (ambientais, bióticos, socioeconômicos). É necessário que os jovens possam desenvolver habilidades e competências aprofundadas em cada um dos subsistemas que compõem (ou podem vir a compor) o sistema de produção familiar, para que depois, culminando com o estudo da Agroecologia e a elaboração de um projeto profissional, se possa ter uma visão sistêmica da propriedade familiar, da comunidade rural e do sistema agroalimentar como um todo (GLIESSMAN, 2002).

A CFR de Açailândia constitui-se também num centro de irradiação da Agroecologia como um sítio demonstrativo. Possui uma área de 70 ha onde são mantidas uma série de unidades demonstrativas agroecológicas de interesse da agricultura familiar: meliponário, apiário, aprisco com caprinos e ovinos, horta orgânica, pasto para bovinos manejado pelo método ecológico Voisin, SAFs, avicultura caipira, Sistema Intensivo de Suínos Criados ao Ar Livre, Suínos em cama sobreposta, minhocário, viveiro de produção de mudas, horto medicinal e composteira. Também se testam e divulgam tecnologias de controle de pragas com inseticidas botânicos, biofertilizantes, alimentos alternativos...

Neste trabalho será pesquisada a aplicação de um dos principais instrumentos da pedagogia da alternância, o Projeto Profissional do Jovem, seu papel como culminância e síntese dos conhecimentos construídos ao longo do curso, sua metodologia interdisciplinar e sua função de promotor do desenvolvimento rural com base agroecológica. Através da análise deste instrumento espera-se ter uma ideia da eficácia real desta proposta metodológica quanto à consecução do objetivo principal (combate ao êxodo rural) e alguns outros objetivos específicos (inserção no mercado de trabalho, continuação de estudos, divulgação da agroecologia).

PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

A pedagogia da alternância é a metodologia utilizada nas Casas Familiares Rurais para organizar o processo de ensino-aprendizagem. Baseia-se nos princípios filosóficos do personalismo, linha de pensamento liderada pelo filósofo francês Emmanuel Mounier (UNEFAB, 2009).



O personalismo denuncia os desrespeitos pela pessoa humana e o individualismo reinante no sistema capitalista. A pessoa não existe separada da comunidade, assim como não há civilização comunitária se não se considera e respeita cada pessoa em si.

Afirma que a meta de toda educação deve ser o despertar da pessoa. A escola não pode visar unicamente à instrução. A missão da escola é desenvolver uma educação existencial onde a educação está centrada na pessoa concreta e historicamente situada, ou seja, é preciso partir da pessoa e do seu meio.

O personalismo é uma filosofia dialógica, que contraria a ideia de “homem lobo do homem” propondo a ideia de homem semelhante e diferente ao mesmo tempo. O melhor espelho para o olhar do homem é o olhar de outro homem.

Neste sentido, a “educação personalista” não é uma “educação individualizada” mas uma educação de âmbito pessoal, embasada na realidade da pessoa, em vista da sua socialização (UNEFAB, 2009).

Por isso a tutoria (conversas individuais entre um educando e um educador) é um dos instrumentos mais importantes da pedagogia da alternância. Visa estabelecer uma empatia que obriga o educador a “ler” os estados emocionais, atitudes e percepções dos educandos (estudantes).

O humor pode também desempenhar um papel importante no momento da tutoria. Um sorriso é uma forma poderosa de reforçar a aprendizagem.

Os principais teóricos que influenciaram a atual configuração metodológica da pedagogia da alternância são:

- Jean Cousinet – 1881–1973 / Francês.
- Ovide Decroly – 1871–1932 / Belga.
- John Dewey – 1859–1952 / Americano.
- Pierre Erny – 1986 / Francês.
- Celestin Freinet – 1896-1966 / Francês.
- Jean Piaget – 1896-1980 / Suíço.
- Carl Rogers – 1902-1987 / Americano.
- Paulo Freire – 1911-1997 / Brasileiro.
- Edgar Morin – 1921- / Francês

Esta foi, porém, uma influência difusa, pois a pedagogia da alternância não se elaborou a partir de teorias, mas através da inventiva e a construção paulatina de um arcabouço instrumental prático, carregado de significados para os jovens rurais.



Em outras palavras, neste processo criativo, prevaleceu a ação, a experiência, o sucesso no sentido de Jean Piaget, isto é, um pensamento em ação. E só é depois – talvez também um pouco ao mesmo tempo – que, sempre segundo a lógica piagetiana, opera-se a abordagem da compreensão e que uma teorização pode ser levada em frente. Uma teorização, não para si mesma, mas como processo de compreensão, ao mesmo tempo para nutrir a experiência, a ação do terreno, dar-lhes sentido. (GIMONET, 2007)

BREVE HISTÓRICO DOS CEFFAs

As Casas Familiares Rurais tiveram origem na França rural, no povoado Lot et Garonne, em 1935, numa situação de forte êxodo rural, quando um grupo de famílias, com o apoio da igreja católica, reuniu-se para atalhar essa situação (PUIG-CALVÓ, 2002). Chamaram-no de *Casa* para diferenciar da escola convencional e porque começou na residência de uma família; *Familiar* porque era uma organização das famílias, sociedade civil, portanto, e não iniciativa de nenhuma agência governamental; e *Rural* porque o objeto da experiência era o meio rural na sua globalidade (aspectos técnicos, humanos e culturais). O sucesso da experiência fez com que rapidamente se espalhasse por várias regiões do país.

Na década de sessenta as Casas Familiares Rurais começaram a aparecer em outros países. Na Europa foram criadas “Escolas Famílias Agrícolas” (EFAs) simultaneamente na Itália e na Espanha. Em vários países africanos de língua francesa também surgiram CFR’s. Na América Latina apareceram pela primeira vez em 1968, no Brasil e na Argentina.

No Brasil a pedagogia da alternância chegou em duas ondas. A primeira, de influência italiana, aconteceu no Espírito Santo, na cidade de Anchieta, sob a denominação de Escola Família Agrícola. Posteriormente, em 1987 surge a primeira Casa Familiar Rural estável do Brasil, em Barracão, Paraná. Ambos os polos difundiram amplamente suas experiências e novas fundações foram se espalhando por 21 estados brasileiros.

Essa duplicidade de origens deu lugar a uma estrutura bicéfala, com duas redes. As Escolas Famílias Agrícolas coordenam-se através da rede UNEFAB – União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, e suas filiadas estaduais, e a rede das Casas Familiares Rurais são coordenadas por duas entidades, Associações Regionais das Casas Familiares Rurais, a ARCAFAR-SUL e a ARCAFAR



NORDESTE E NORTE DO BRASIL. Juntas respondem pelas quase 300 escolas comunitárias em funcionamento.

A partir de 2001 vem se dando um processo de unificação, através do qual se adotou a denominação comum CEFFA – Centro Familiar de Formação por Alternância. Esta denominação ainda é pouco usada na prática e nas razões sociais das entidades mantenedoras. Também mantêm serviços comuns, como uma Equipe Pedagógica Nacional única, formada por componentes de ambas as redes.

HISTÓRICO DA CASA FAMILIAR RURAL DE AÇAILÂNDIA

No estado do Maranhão existem cerca de vinte Casas Familiares Rurais e outras tantas Escolas Famílias Agrícolas. Dentre todas elas, apenas oito oferecem curso de ensino médio profissionalizante (Educação Profissional Técnico de Nível Médio Habilitação em Agropecuária do eixo tecnológico Recursos Naturais na forma integrada ao Ensino Médio com ênfase em Agroecologia).

O nascimento da Casa Familiar Rural de Açailândia deu-se através da articulação das comunidades rurais através da Igreja Católica local, com a participação de algumas entidades locais e movimentos sociais, como o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR).

Após ser constituída a associação em 2001, começou-se a procura por apoios oficiais e parcerias privadas para construção das instalações físicas. As atividades educativas iniciaram-se em 2005, com a primeira turma de Ensino Fundamental com Orientação Profissional.

A CFR de Açailândia iniciou o curso de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em 2006. A análise da evolução dos números de matrícula indica que após um período de forte procura, em que a CFR não pôde aceitar todas as propostas de matrícula, devido a uma demanda reprimida, por não existir até o momento uma opção semelhante disponível para o alunado e à transição natural dos jovens que já estudavam no curso de Ensino Fundamental com Orientação Profissional na mesma CFR para o Ensino Médio, houve um declínio no número de matrículas. Isto deve-se também às carências da CFR quanto a estruturas físicas e à falta de divulgação da mesma entre as comunidades rurais.



Após a ampliação feita em 2008 acontece um crescimento no número de matrículas, devido em parte à possibilidade de oferecer um maior conforto nas instalações, a uma divulgação feita de pessoa a pessoa, principalmente através dos egressos, e à consolidação da entidade. A partir do reconhecimento outorgado pelo Conselho Estadual de Educação em 2010 essa procura aumentou consideravelmente, embora a CFR já se encontra funcionando em plena capacidade e não há pretensão de uma nova ampliação. Prevê-se que o próximo passo seja o estabelecimento de critérios de admissão mais rígidos, de forma a atingir mais acuradamente seu público alvo.

Quanto à procura por matrícula por parte das jovens camponesas, observa-se um aumento proporcional na procura maior que a do gênero masculino, embora persista uma maior taxa de desistência feminina. Isto é atribuído à falta de incentivo da família, falta de perspectiva de empregabilidade no meio rural e, embora em menor medida, alguns casos de gravidez precoce. Isto corresponde-se com as maiores taxas de êxodo rural entre as jovens que é generalizada no país e no nosso estado.

A Casa Familiar Rural de Açailândia recebe (ou já recebeu) alunos de onze municípios (Açailândia, Imperatriz, Buriticupu, Itinga do Maranhão, Bom Jesus das Selvas, Dom Eliseu-PA, Cidelândia, São Francisco do Brejão, São Miguel-TO, Bom Jardim e Amarante do Maranhão) e três estados (Maranhão, Tocantins e Pará). A nítida maioria é de Açailândia, mas embora a equipe pedagógica argumente a dificuldade de acompanhar e visitar as famílias de alunos distantes, há sempre um 25-30% de alunos de outros municípios em todas as turmas.

A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA PRÁTICA

Os jovens que são admitidos para estudar na CFR fazem-no na forma de alternância de períodos de permanência no ambiente escolar na forma de internato (tempo escola) e período de permanência no ambiente familiar e sócio-profissional (tempo comunidade). Na CFR de Açailândia cada um destes períodos é de uma semana. O ciclo de estudo completo é de três anos. Em cada semana de alternância na CFR é tratado um tema de formação escolhido ao princípio do ano pela associação de famílias através de uma pesquisa participativa nas comunidades envolvidas.

A pedagogia da alternância pretende possibilitar uma educação de qualidade para o jovem rural sem tirá-lo de seu ambiente familiar e profissional. Por isso o jovem



permanece durante uma semana na CFR e regressa com sua família por um período igual. Deste modo pode ajudar nas tarefas agrícolas familiares e permite a participação dos pais em sua educação.

A pedagogia da alternância é um processo formativo que ocorre de forma contínua na descontinuidade de atividades e de espaços e tempos. Para que haja uma integração formativa nos diferentes espaços escola-família é necessária uma didática específica, com instrumentos metodológicos que ajudam a articular o tempo escola e o tempo comunidade.

Os principais componentes da Pedagogia da Alternância são os seguintes (GIMONET, 2007):

- i) Pesquisa Participativa: antes de começar as atividades da CFR faz-se esta pesquisa entre as famílias e comunidades dos futuros alunos. Nela se identificam os temas de formação, aqueles assuntos para serem estudados cada ano. O objetivo é adaptar o ensino da CFR à realidade concreta das famílias do lugar.
- ii) Plano de estudo: uma pequena pesquisa por cada tema de formação, feita na família e a comunidade pelo jovem, durante a semana da alternância em seu ambiente. Exemplos de temas de formação pesquisados através dos planos de estudo: feijão, arroz, bovino leiteiro, apicultura, agroindústrias familiares, saúde, associativismo-cooperativismo, etc.
- iii) Colocação em comum: ao começar a semana na CFR, cada jovem expõe o resultado de sua pesquisa, discute-se e tiram-se conclusões, chegando-se a um escrito coletivo das mesmas.
- iv) Cursos-explicações: seguindo o caderno pedagógico para o tema estudado nessa semana, os monitores explicam os conteúdos e animam a discussão crítica sobre a realidade.
- v) Visitas de estudo: conhecimento in loco de experiências da agricultura familiar interessantes a respeito do tema estudado que favoreçam a auto-descoberta.
- vi) Intervenções externas: conversas com agricultores experientes ou palestras de especialistas no tema estudado ou em temas de formação geral. Noites culturais e participação em atividades de outras entidades.
- vii) Exercícios-experiências: implementação de microprojetos para melhoria das práticas agrícolas habituais ou o desenvolvimento de técnicas agroecologicamente mais adequadas. Algumas experiências são feitas na CFR mas, sobretudo, na propriedade do aluno.



viii) Visitas às famílias: seguimento por parte dos monitores das experiências do jovem em sua propriedade e diálogo com a família e a comunidade a respeito da evolução do jovem e seu trabalho.

ix) Projeto Profissional do Jovem: durante o terceiro ano na CFR o aluno vai elaborar um projeto com o que iniciar sua atividade como agricultor profissional. Para isso terá a assessoria dos monitores da CFR.

As Casas Familiares Rurais constituem-se como associações sem fins lucrativos, integradas principalmente por agricultores familiares e algumas entidades de apoio. Essa associação é a entidade mantenedora de uma instituição de ensino, mas a CFR não é só uma instituição de ensino. É uma associação que busca, por vários meios, o desenvolvimento do meio rural em que está inserida. A atividade educativa é o principal desses meios, mas só quando é realizada em articulação com outras atividades. Essa complexidade da pedagogia da alternância é expressada visualmente na figura 1, conhecida como os quatro pilares das Casas Familiares Rurais: formação integral, desenvolvimento do meio, alternância e associação local. Sem qualquer um desses quatro pilares, a pedagogia da alternância não faz sentido. O jovem, e o seu projeto de vida, são a centralidade de todo esse complexo processo.

O PROJETO PROFISSIONAL DO JOVEM

Convém aprofundar mais nas características do Projeto Profissional do Jovem (PPJ), também denominado de Projeto de Vida.

Trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ao qual é dedicada uma vasta carga horária de forma interdisciplinar, durante o último ano de estudo na CFR. Nele, o jovem, com a participação da família, seleciona dentre os temas estudados ao longo do curso, uma atividade com a qual iniciar sua atividade profissional na propriedade familiar. Para isso ele diagnostica primeiro as potencialidades e limitações da propriedade e sua localização, e após fazer a escolha da atividade, em diálogo com a família, planeja a dimensão, operacionalização, orçamentos e impactos da atividade. Finalmente deve avaliar criticamente o projeto para ter uma decisão sobre sua viabilidade financeira, social e ambiental e a eventual necessidade de reformulação.

Um elemento a ressaltar é que a escolha do assunto do PPJ é feita em comum entre o jovem estudante e sua família. O papel do educador/orientador da CFR é



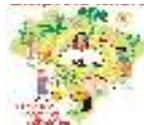
simplesmente o de assessorar para que se analisem criticamente todos os pontos fortes e fracos da propriedade e da família para que o projeto escolhido seja viável. Para Paulo Freire (1994), o ato de educar não pode ser uma imposição de valores, de moral ou de finalidade, pois nessa concepção do ato educar, corremos o risco de perder a liberdade e a autonomia do educando. Nessa perspectiva, poderíamos afirmar que se a educação for concebida de forma impositiva, estaríamos então perpetuando uma situação de desequilíbrio, injustiça, inibindo as capacidades e a criatividade existente em cada jovem, contribuindo para manter um estado de letargia, sem despertar a consciência crítica das pessoas. Podemos afirmar que as CFRs, além de despertar essa consciência analítica da sociedade, não pretendem ater-se a uma visão crítica, mas dar um passo avante, aplicando a conhecida metodologia do “ver, julgar e agir”.

O principal objetivo deste PPJ, além da avaliação da aprendizagem do aluno através de um caso prático real, é a melhora da qualidade de vida da família com a implantação da referida unidade produtiva. Desta forma, a CFR dá um importante contributo para a permanência desse jovem na atividade rural e, portanto, para o combate ao êxodo rural (SCANDOLARA et al, 2006).

O PPJ, tanto se constitui numa culminância de todo o trabalho de construção do conhecimento realizado durante os três anos de formação na CFR, por integrar todos os conhecimentos adquiridos de forma interdisciplinar, como vertebra e dá estrutura ao próprio plano de formação do curso, pois este é elaborado de forma a proporcionar as condições intelectuais para que o jovem possua as capacidades para a elaboração do projeto. Esta articulação entre o geral e o específico pode ser observada na Figura 2.

O PPJ constitui-se, além disto, num elo de ligação entre o ensino e o desenvolvimento do meio rural, pois objetiva viabilizar as propriedades familiares da agricultura e do território camponeses e permite a implantação de novos empreendimentos que irão gerar empregos, rendas e riquezas na própria comunidade.

O poder público federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário e das entidades financeiras oficiais (Banco do Brasil e Banco do Nordeste) oferecem linhas de crédito agrícola para agricultores familiares através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Este programa possui uma linha de financiamento específica para jovens rurais, fruto da pressão social efetuada pelas entidades que representam as redes da pedagogia da alternância e do movimento sindical, o PRONAF Jovem. Esta linha de crédito oferece recursos de até R\$ 12.000, em



condições subvencionadas, para jovens que tenham cursado estudos nos CEFFAs ou Escolas Agrotécnicas Federais ou Estaduais.

No complexo processo de elaboração do PPJ, o jovem é orientado por um tutor, escolhido dentre a equipe de educadores da CFR, que o assessora individualizadamente para que o jovem atente para todos os aspectos e áreas do projeto: área de pessoal, comercial, técnica, econômica-financeira, jurídica.

Em relação à área de recursos humanos, o projeto deve incluir um “organograma de pessoal e funções” e uma “política de pessoal (função, manutenção e salário)”.

Quanto à área comercial deve considerar os itens: produto e serviço, mercado, competição, plano de vendas e publicidade.

Na área técnica, deve levar em conta: localização, processos de produção, gestão de existências (insumos).

Quanto aos aspectos econômicos e financeiros, o PPJ tem que conter: plano de investimento (orçamento), plano de financiamento, previsão de vendas, fluxo de caixa, benefícios líquidos, análise de viabilidade financeira.

Os aspectos jurídicos a considerar são: legislação pertinente, ordenamento local (normativas, plano diretor) e fiscalidade.

A realização do projeto estende-se ao longo do terceiro ano de estudo do jovem na Casa Familiar Rural, organizado a redor de temas geradores, com momentos de estudo e orientação coletivos e momentos de tutorias/orientações individualizadas.

PPJ E AGROECOLOGIA

O Projeto Profissional do Jovem é a primeira ação do egresso no seu meio socioprofissional como agricultor profissional adulto. A escolha da atividade que irá empreender pode ser considerada então como um indicador adequado do grau de sucesso da Casa Familiar Rural como agente de divulgação e construção do conhecimento agroecológico.

Observamos que, se bem a maioria dos PPJs já elaborados nesta CFR não levam o termo Agroecologia no seu título, o seu conteúdo e a orientação produtiva das atividades agropecuárias neles descritas sim projetam um modo de produzir e conviver com o agroecossistema nitidamente impregnado pelo enfoque, pelos temas de interesse e pela visão de mundo associados com a Agroecologia.



Assim os projetos mais frequentes são aqueles que superam a monotonia dos projetos corriqueiramente induzidos pelos agentes financeiros oficiais na região e pela extensão rural convencional. Dentre eles merecem destaque projetos de avicultura caipira, apicultura e meliponicultura, SAFs com urucum ou suínos em cama sobreposta.

Por outra parte, a maioria dos jovens declaram explicitamente no PPJ pretenderem se associar a outros para fortalecer suas capacidades produtivas, divulgar para mais camponeses os conhecimentos adquiridos durante sua etapa formativa e se engajarem com organizações com objetivos para além da mera produção agropecuária.

Desenha-se assim uma compreensão abrangente da Agroecologia, simultaneamente como ciência, práticas produtivas e movimento social (WEZEL, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No curso de Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia da CFR de Açailândia formaram-se até o momento quatro turmas. Dos 58 egressos totais, todos eles elaboraram o PPJ em diversas áreas produtivas. Deles, 24 apresentaram seus projetos aos bancos oficiais, no intuito de conseguirem financiamento público através do PRONAF – Jovem. Porém, nenhum deles obteve sucesso até o momento. Os motivos alegados pelos representantes dos bancos foram díspares: falta do diploma do curso (o reconhecimento foi conseguido em 2010), falta de interesse do banco nesse negócio, não liberação do recurso em Brasília. No entanto, nenhum desses motivos condiz com o regulamento do PRONAF.

Dos restantes 34 jovens que não apresentaram o projeto para financiamento, 14 não tiveram interesse em implantar a unidade produtiva, 4 não conseguiram consenso familiar sobre o assunto, 11 não possuem uma propriedade rural para implantá-lo, 1 não se enquadra mais na linha de crédito por excesso de idade e 4 não cumprem os requisitos do PRONAF por estarem inadimplentes devido a um empréstimo anterior em seu nome.

Do total de egressos, 25 continuam trabalhando ativamente na propriedade familiar, 14 trabalham em outros empregos no meio rural, 9 trabalham em áreas urbanas, 12 prosseguem estudos universitários, 8 estavam desempregados/inativos no



momento da entrevista. Vários realizam estudos simultaneamente com trabalhos na propriedade ou emprego externo.

Dos 12 que estão realizando curso superior, 11 cursam graduações da área de Ciências Agrárias. Destes egressos que estão cursando estudos universitários, 4 estão trabalhando na própria Casa Familiar Rural, um fazendo parte da coordenação técnica da mesma e os outros três como professores.

Dos 58 egressos, apenas 8 se mudaram do meio rural para o urbano. Dos 18 ex-alunos que residiam em área urbana quando realizavam o curso, todos eles continuam morando em cidades, mas 9 deles têm empregos relacionados ao setor agrícola (agências de extensão rural, lojas de produtos agropecuários, reflorestadoras, agroindústrias ou instituições bancárias).

Os casos de êxodo rural devem-se, na opinião expressa pelos egressos ou suas famílias, à falta de oportunidades de emprego na comunidade rural em que residiam, à impossibilidade de obter financiamento para o PPJ que permita viabilizar a propriedade familiar, ou à falta de terra própria.

Dos jovens que permanecem com papel ativo na propriedade familiar, aproximadamente 50% iniciaram alguma atividade ou adotaram alguma prática que pode ser considerada inserida num processo de transição agroecológica, seja isto ou não expresso explicitamente.

CONCLUSÃO

Apesar das dificuldades externas apontadas (falta de financiamento para os Projetos Profissionais dos Jovens e falta de acesso à terra) a porcentagem de atingidos pelo êxodo rural no universo estudado pode ser considerada baixa (14%) levando em conta a idade e a fase de mudança de vida (conclusão do ensino médio), que é vista por muitos jovens como o fim da vida escolar e entrada definitiva na vida adulta emancipada.

O estudo é meramente indicativo, pois carece de perspectiva histórica suficiente, por estarmos estudando um fenômeno recente sem o devido horizonte temporal (apenas quatro turmas, 58 egressos, dos últimos quatro anos) o que sugere a necessidade de que estudos semelhantes e mais detalhados sejam feitos periodicamente, com séries temporais cada vez maiores, de forma a construirmos indicadores mais acurados da



eficácia da pedagogia da alternância no combate ao êxodo rural e na divulgação de práticas agroecológicas.

REFERÊNCIAS

BIANCHINI, Valter. Alternância: uma educação para o desenvolvimento rural sustentável. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, 8º, 2005, Foz de Iguaçu, PR. **Anais...** Foz de Iguaçu: AIMFR, 2005, p.33-48.

CASA FAMILIAR RURAL DE AÇAILÂNDIA. **Proposta pedagógica do Curso de Educação Profissional Técnico de Nível Médio Habilitação em Agropecuária com ênfase em Agroecologia na forma integrada ao Ensino Médio.** Não publicado. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007. 167 páginas.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible.** Turrialba, Costa Rica: CATIE, 2002.

MOLINA, Manuel González de. **Introducción a la agroecología.** Sociedad española de agricultura ecológica, 2011.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios.** São Paulo: Cortez, 2007.

PUIG-CALVÓ, Pedro Puig. **Formação Pessoal e Desenvolvimento Local.** Brasília: Cidade, 2002.

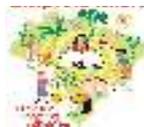
PUIG-CALVÓ, Pedro Puig; GARCÍA-MARIRRODRIGA, Roberto. **Formação em alternância e desenvolvimento local.** O movimento educativo dos CEFFA no mundo Belo Horizonte: O Lutador (AIDEFA), 2010.

SABOURIN, Eric. Manejo da inovação na agricultura familiar do Agreste da Paraíba: o sistema local de conhecimento. In: SILVEIRA, Luciano; PETERSEN, Paulo; SABOURIN, Eric (org). **Agricultura familiar e agroecologia no semi-árido: avanços a partir do agreste da Paraíba.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002, p.177-199.

SCANDOLARA, Andreia et al. Um modelo de desenvolvimento sustentável possível. **Revista Da Formação Por Alternância**, ANO 3, Nº 6, JUNHO 2008. Brasília, DF: UNEFAB, 2008.

UNEFAB. **Tutoria: Acompanhamento personalizados nos CEFFAs.** Equipe Pedagógica Nacional. Brasília: UNEFAB (AIDEFA), 2009.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy For Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.



Quadro 1 – Dados de matrícula e conclusão

ANO	MATRICULAS NOVAS	DESISTENTES	CONCLUINTES
2006	35	15	19
2007	30	10	16
2008 ¹	-	-	-
2009	20	7	13
2010	27	17	10
2011	35	11	24 ²
2012	34	9	25 ³
2013	35	-	35 ⁴

¹ Em 2008 não se iniciou uma nova turma devido à falta de espaço físico. Durante este ano procedeu-se à ampliação das instalações (salas de aula, alojamentos, laboratórios).

² Concludentes no ano de 2013,

³ Concludentes no ano de 2014.

⁴ Concludentes no ano de 2015.



Quadro 2 – Dados de matrícula e conclusão em relação ao gênero.

ANO	MULHERES			HOMENS		
	Matriculadas	Concluíram	%	Matriculados	Concluíram	%
2006	8	4	50	27	15	56
2007	8	4	50	22	12	55
2009	0	0	-	20	13	65
2010	10	3	30	17	7	42
2011 ⁵	11	6	55	24	18	75
2012 ⁶	7	5	71	27	20	74
2013 ⁷	12	-	-	23	-	-

⁵ Refere-se a alunos/as atualmente matriculados, pois encontram-se no 3º ano.

⁶ Refere-se a alunos/as atualmente matriculados, pois encontram-se no 2º ano.

⁷ Refere-se a alunos/as atualmente matriculados, pois encontram-se no 1º ano.



Figura 1.- Os quatro pilares das Casas Familiares Rurais

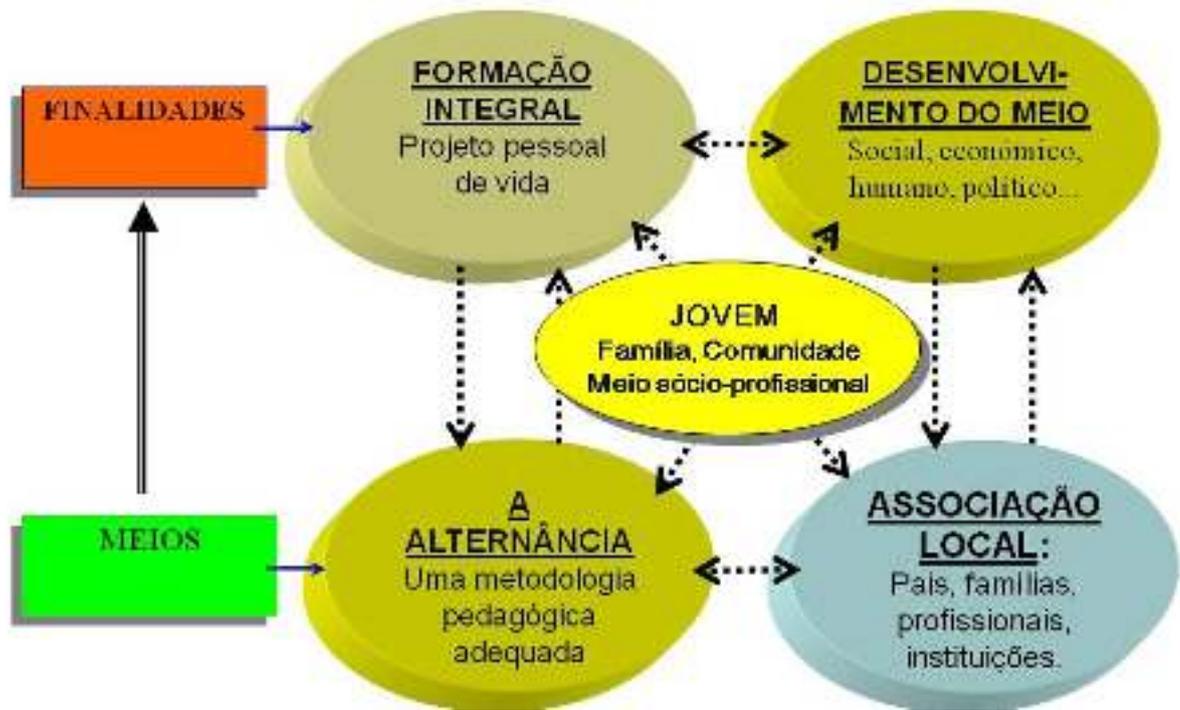




Figura 2 - O Projeto Profissional do Jovem como culminância e vertebração do Plano de Formação na Pedagogia da Alternância.

